

A IMPLANTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS CALÇADISTAS E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE ITAPETINGA/BA

Deise Beatriz Luft¹

Graduanda em Geografia/UESB e Bolsista da FAPESB

E-mail: deise.luft@hotmail.com

Resumo:

A reprodução da sociedade no sistema no qual estamos inseridos, o capitalismo, vem sofrendo profundas modificações. Entre essas, destacamos as mudanças nas estruturas das cidades, pois lógicas contemporâneas influenciam a territorialização de empresas em diversos lugares do planeta, o que alteram, no plano local, as suas dimensões econômicas, políticas e culturais. Em virtude disso foi que surgiu o interesse de desenvolver este artigo, para assim compreender até que ponto o processo de reestruturação produtiva, ligado à atividade industrial, provocou modificações socioespaciais e alterou a morfologia urbana de Itapetinga/BA, provocando o surgimento de espaços segregados após a implantação de algumas indústrias, como exemplo da Vulcabraz/Azaléia. Assim, verificamos que, em função da atração dos trabalhadores da zona rural e de outras pequenas cidades, o fortalecimento de áreas segregadas em Itapetinga tem relação com a implantação da atividade industrial. Todavia, no que tange aos espaços segregados mais antigos da cidade, esses estão mais relacionados às atividades agropecuárias, sobretudo a pecuária, que eram exercidas no município, mesmo antes da instalação de indústrias, bem como com a ausência de política para a manutenção do trabalhador no campo.

Palavra-chave: Segregação socioespacial, cidade média, Reestruturação produtiva.

Introdução:

A reprodução da sociedade no sistema no qual estamos inseridos, o capitalismo, vem sofrendo profundas modificações. Entre essas, destacamos as mudanças nas estruturas das cidades, pois lógicas contemporâneas passaram a influenciar a territorialização de empresas em diversos lugares do planeta e, no plano local, alteraram as dimensões econômicas, políticas e culturais. Tais áreas urbanas revelam uma nova dinâmica, na qual a segregação socioespacial passa a ser a tônica, estando diretamente atrelada aos fenômenos que são oriundos de diferentes lugares, em virtude da mobilidade do capital.

¹Membro do Grupo de Pesquisa: Urbanização e produção de cidades na Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Janio Santos.

A implantação do sistema produtivo que conhecemos atualmente decorreu de um processo de acumulação de capital, que passou a culminar a partir da Primeira Revolução Industrial e, após a intensificação das atividades comerciais exercidas nas cidades, impôs uma nova lógica à produção industrial brasileira. No Brasil, como em outras partes do mundo, a hegemonia do capitalismo incidiu nas cidades e alterou o conteúdo e a estrutura urbana. Nas décadas de 1940 e 1950, o território brasileiro passou então por mudanças profundas, cujo intuito foi promover o “desenvolvimento” industrial. Assim, as regiões Sul e Sudeste do país receberam investimentos, ampliaram suas infra-estruturas e então implantaram essas atividades Indústrias.

Devido a uma nova lógica de mercado, ocorrida principalmente na década de 1990, essas empresas passaram a se deslocar para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. A Bahia foi um desses estados que mais recebeu empresas advindas dessas regiões, que, em virtude, sobretudo, de incentivos fiscais e de mão de obra barata, passou a servir de atrativo aos grandes empresários. A cidade de Itapetinga, como outras áreas urbanas do Território de Identidade homônimo, foi uma dessas áreas onde tais empresas passaram a se instalar, o que decorreu em muitas mudanças, não só na dinâmica econômica, mas, também, no conteúdo da vida urbana.

Em virtude dessas ponderações supramencionadas foi que surgiu o interesse de desenvolver este artigo, visando compreender até que ponto o processo de reestruturação produtiva, ligado à atividade industrial, provocou modificações socioespaciais e alterou a morfologia urbana de Itapetinga/BA, provocando a formação de espaços segregados. Também, se esses espaços surgiram após a implantação de algumas indústrias, como exemplo da Vulcabraz/Azaléia, ou se já estavam presentes mesmo antes dessa nova lógica da produção industrial se instalar na cidade.

Cidades, indústria e transformações socioespaciais

Segundo Costa (2001), as primeiras cidades surgiram como resultado de transformações sociais gerais, de caráter econômico, tecnológico e cultural, pois, nas cidades se concentram classes sociais não vinculadas diretamente às atividades ligadas ao campo, como ocorre com a agricultura e a pecuária.

Com a cidade capitalista, essas relações se intensificam e surgiu uma nova classe dominante, a burguesia, controladora dos meios de produção. Assim como as indústrias, a cidade reforçou a sua função, a de ser um local de mercado e, por conseguinte, há uma necessidade de uma mobilização do espaço. Segundo Lefebvre (1999), a cidade e a rua converteram-se em uma rede organizada, pelo e para o consumo, onde o tempo torna-se tempo-mercadoria. Ao analisarmos os elementos apontados por Lefebvre, verifica-se a importância do espaço elevar seu papel enquanto um valor de troca, em detrimento do seu valor de uso.

No Brasil, no início do século XX, começou um processo de industrialização financiado, segundo Spínola (2001), sobretudo pelos grandes latifundiários, que investiam o capital acumulado em suas fazendas nas nascentes indústrias que passam a concentrar-se na Região Sudeste. Nessa época, cidades como São Paulo passaram a ter um processo de urbanização acelerado, devido, dentre outros fatores, à forte migração que ocorreu motivada pelas oportunidades de trabalho nessas grandes cidades.

Observamos que o capital acumulado no campo foi utilizado para financiar diretamente a expansão e reprodução do capitalismo industrial nas cidades, mostrando uma complementaridade de interesses entre o campo e a cidade para reproduzir o capital. Na década de 1930, por conta da queda do preço do café, principal produto de exportação brasileiro, ocorreu à mudança de um modelo econômico agrário exportador para o modelo industrial, mudança essa que começou a ganhar corpo no início pelo Governo Vargas (FRANÇA, 2007).

Segundo Balanco e Nascimento (2005), essa mudança foi incentivada com ações governamentais, como subsídios a empresas, projetos de integração nacional em vários níveis, como a integração física, através da ligação de varias regiões de rodovias, alfandegárias, com a queda das barreiras fiscais entre os estados e a criação de institutos nacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para Santos, devemos entender que:

Novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça, de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder público e, de outro, começa a permitir que o mercado interno ganhe um papel, que se mostrará crescente, na elaboração, para o país, de uma nova lógica econômica e territorial. (SANTOS, 2005, p. 26)

Ao compreender Santos, verificou-se que nessa época houve um aumento tanto do processo de industrialização como do de urbanização, e ainda pode ser verificada uma mudança no curso dos trabalhadores do campo em direção as grandes cidades. Devido, dentre outros fatores, a grande quantidade de pessoas sem emprego no campo, decorrência do aumento da concentração fundiária, essas pessoas passaram a ser uma reserva de mão de obra para as cidades, visto que o campo não suportava mais essa mão de obra, que acabou sendo expulsa.

Esse processo se intensificou a partir da década de 1960, havendo uma migração muito grande em direção as metrópoles como São Paulo e o Rio de Janeiro. Conforme enfatiza, Santos (2005, p. 27) “só a partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece [...]. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País”. Por isso, a partir desse contexto, uma urbanização cada vez mais acelerada e presente passou a ocorrer nas cidades do Sudeste brasileiro.

Por conta dessa migração do campo para as cidades, a urbanização se intensificou, as cidades cresceram de maneira aparentemente desordenada, a maioria com planejamento inadequado ou sem planejamento urbano. As pessoas que chegavam às cidades, geralmente, não tinham condições de morar em um local urbanizado e com acesso aos bens de consumo coletivo. Como alternativa, surgiam para essas pessoas ocupações irregulares ou os cortiços (SANTOS, 2005).

Uma das características existentes nas cidades brasileiras, principalmente após a implantação da Indústria, foi o fator da segregação socioespacial, isso não especificando o caso de Itapetinga, cidade que estudamos, mas sim a maioria das cidades brasileiras. A segregação socioespacial passou a ser evidenciada em função das mudanças que ocorreram na estrutura do espaço no qual encontra-se inserida a população pobre, produto da própria lógica capitalista, ou seja, os interesses do sistema, através da apropriação do

trabalho dos indivíduos, modificam e alteram toda a estrutura pré-existente, separando as classes.

De acordo com Corrêa:

Devemos observar que, dentre os processos de organização espacial que se processam na cidade e que, por conseguinte, lhe dão forma e vida, a segregação sócio-espacial se caracteriza dentre aqueles processos ligados à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais, ou seja, representa parte da divisão social do espaço. Porém este processo não está desvinculado dos demais de cunho econômico como o desenvolvimento das atividades de indústria, comércio e serviços. (CORREIA, 1995 p. 59)

Portanto, se compreende que o processo de produção do espaço que ocorre na cidade, dentro da lógica capitalista, e marca a vida da sociedade alterando a lógica da sua forma e da sua estrutura. Como isso é fundamentado no conflito de interesses entre as classes, a segregação passa a ocorrer, principalmente, pelo fato de que aos indivíduos que produzem não é dada a garantia de uma vida digna. Esse processo de segregação socioespacial pode ser muito bem analisado em cidades de porte médio, que estão inseridas na rede urbana brasileira e, dessa forma, faz com que o termo segregação não possa estar desvinculado dos demais aspectos de cunho econômico, social e político, derivados do processo produtivo.

A implantação das indústrias em Itapetinga

Os espaços urbanos não estão estagnados, pois esses passam constantemente por mudanças, porque a própria lógica de sua produção não permanece a mesma. É por isso que, segundo Spínola (2001), um conjunto de novas modificações ocorreu de modo mais intensificado no Estado da Bahia, a partir das décadas de 1980 e 1990, que partem de uma lógica que vai mais além do que o plano local e envolve um plano que é global. Isso passa a ocorrer nas regiões Norte e Nordeste brasileiro, quando várias indústrias, oriundas das Regiões Sul e Sudeste do país, passaram a ser atraídas para tais áreas. Esse processo ocorreu, primeiramente, porque a maioria das indústrias que estava instalada no Estado foi advinda de políticas governamentais voltadas para a Região Metropolitana de Salvador. Tais políticas foram geradas

por grande quantidade de dinheiro, que visavam atrair empresas, teoricamente, com o objetivo de promover o desenvolvimento das populações onde tais atividades seriam instaladas.

Ao averiguar os objetivos das indústrias quando se instalaram no Estado da Bahia, percebe-se que o discurso é de que elas iriam provocar o desenvolvimento local de algumas regiões, bem como o social. Algumas pesquisas, todavia, mostram que esse processo de industrialização não foi capaz de gerar um desenvolvimento regional ou local nas cidades em que se instalavam. Além disso, para Udermam (2005), é importante que se entenda que os investimentos feitos pelo Governo, nesse caso o Governo Estadual, para os primeiros incentivos à implantação da atividade industrial, resultavam, em sua grande maioria, de investimentos feitos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na qual seus objetivos eram trazer aquisição para que depois ocorresse o desenvolvimento. Infelizmente, isso não ocorreu, pois os investimentos resultaram em atração empresarial, para algumas regiões baianas, mas o desenvolvimento não esteve atrelado ao mesmo.

A cidade de Itapetinga/BA está ligada a esse processo de industrialização que ocorreu nos últimos anos. Empresas instaladas na cidade, como a Vulkabras/Azaléia, se alojaram com a proposta de promover o “desenvolvimento regional”. Todavia, esse “desenvolvimento” não ocorreu. O que ocorreu (ainda ocorre), como em outros lugares do país, foi um crescimento econômico, que não se dá de forma uniforme, pois não atende a todos, tornando-se, sim, um privilégio apenas para alguns.

Itapetinga é um município que se localiza no Território de Identidade homônimo, e que está estrategicamente situada entre os grandes eixos rodoviários que atravessam o Estado baiano (Figura 1). Faz a articulação entre o Nordeste o Sul e Sudeste do País (BR-116 e BR-101), sendo o principal ponto de articulação um elo composto por duas rodovias, a BR-263 (Vitória da Conquista-Itapetinga) e a BR-415 (Itapetinga-Ilhéus), além de estar inserida num dos eixos transversais de ligação entre a região Oeste da Bahia e o litoral, servindo como rede de fluxo (OLIVEIRA, 2003)

Estado da Bahia - Brasil

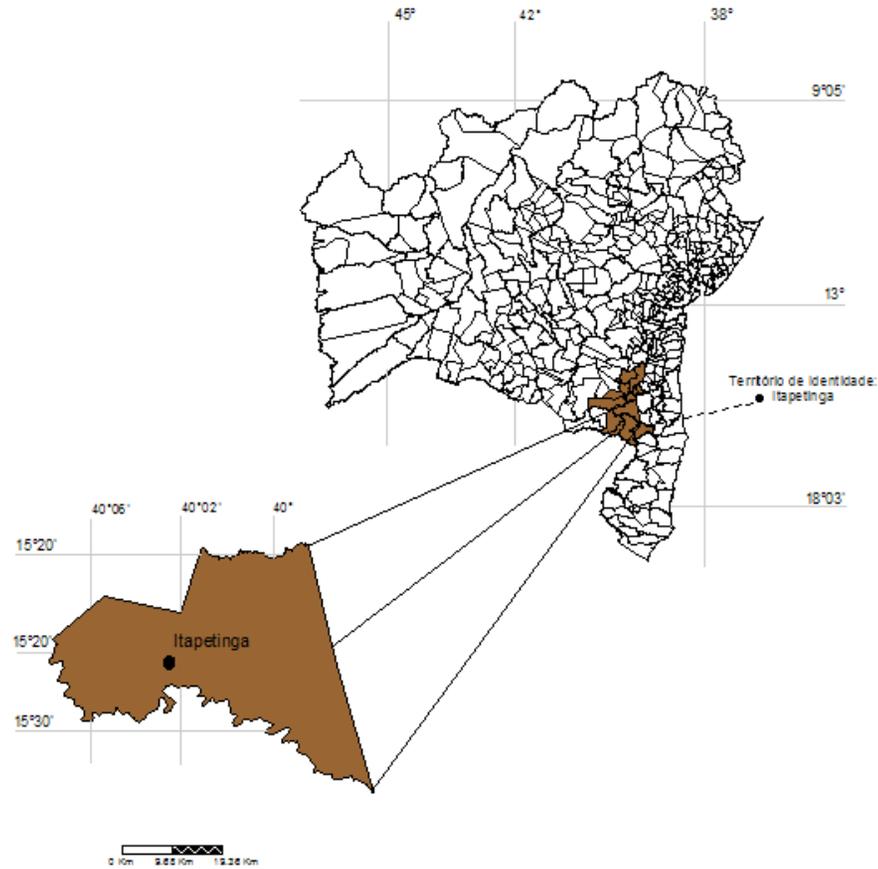


Figura 1:
Município de Itapetinga
Localização na Bahia, 2010

Localização da Bahia no Brasil



Fonte: IBGE/SEI

Elaboração:
Deise B. Luft

Base Cartográfica:
IBGE, Malha Municipal, 2007

Apoio:



A cidade é marcada, desde sua origem, por estabelecer, segundo informações do IBGE, a produção agropecuária, que se iniciou em 1912, com Bernardino Francisco de Souza, que, no ano de 1916, vendeu suas propriedades a Augusto de Carvalho. Essa atividade ainda é de grande relevância para o município.²

O processo de formação do pequeno núcleo urbano, conhecido como vila de Itatinga, teve por pioneiros desse processo Augusto de Carvalho, juntamente com José Vaz Espinheira. Esses passaram a comandar o atual município, que surgiu com suas primeiras moradias com base no local que hoje se conhece como Rótula dos Orixás³.

Essa cidade, que era parada dos boiadeiros, foi se expandindo através da atividade agropecuária. Conforme foi ocorrendo o aumento da produção agropecuária, os munícipes viram a necessidade de ampliação dessa atividade e, a partir desse contexto, urgiram locais como a exposição agropecuária, que passaram a ter expressão nacional, a criação da Coopardo, a cooperativa dos produtores de gado da região, além da implantação da empresa Leite Glória, a atual Vale Dourado, a criação do Frigorífico etc. Segundo dados do Jornal local o Dimensão, esses fatores foram sendo um marco para o aumento econômico municipal e de toda a região⁴.

Mas, no entanto, com várias crises que ocorreram ao longo dos anos e com políticas públicas voltadas a implantação de indústrias no Estado da Bahia, apenas os grandes produtores conseguiram se manter estáveis. Muito outros, sobretudo os pequenos produtores, viram-se obrigados a sair do campo e ir em direção a cidade para arranjar emprego, pois a zona rural, tomada pelas grandes empresas agropecuárias, não suportava mais essa população.

Dessa maneira, a partir da década de 1960, começou-se a ser observar segundo os dados do IBGE, o aumento da população urbana e, conseqüentemente, a diminuição da população rural, visto que foi nesse momento, ou seja, mais precisamente em 1951, segundo Oliveira (2003), que Itapetinga deixou de ser vila de Itambé para se tornar o município de Itapetinga

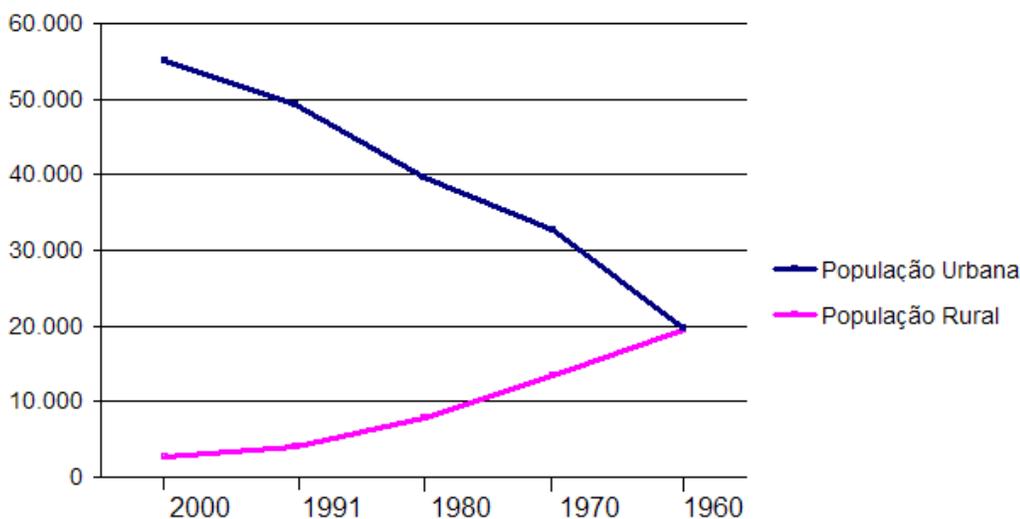
² Oliveira, Nelma Gusmão. De “Capital da pecuária” ao “sonho de pólo calçadista”: A constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA – In: Tese de Mestrado, 2003, Salvador p. 27 a 50.

³ Campos, Emerson R. **Itapetinga**: A persistente busca de sua história: Salvador: Ed. Secretária de Cultura e turismo, 2006.

⁴ In: Jornal Dimensão, Ano XIII, ed. 415, 7/04/1984, p. 2

(Gráfico 1). A municipalização de Itapetinga fez com que novas transformações ocorressem, então, ainda segundo os dados levantados, a partir desse momento foi que a população urbana superou a população rural.

**Gráfico 1: Itapetinga
População Urbana e Rural, 1960/2000**



Fonte: IBGE, Censo demográfico.

Foi por volta de 1960 que às modificações socioespaciais se intensificam, talvez porque antes desse momento fatos históricos como a primeira e segunda exposição agropecuária, que ocorreram entre 1956-1858, segundo Oliveira (2003), além da expectativa de crescimento da cidade, tenham sido o motor imprescindível para atrair a população de outras áreas à cidade de Itapetinga.

Todavia, como relata o supramencionado autor, em função de que todos os investimentos eram direcionados para a agropecuária, não existia investimentos para a população que, cada vez mais, passava a morar na cidade. Essas pessoas viviam em condições precárias. Segundo relatos do primeiro médico do Município, o Doutor Orlando Bahia, as pessoas não encontravam infra-estrutura para uma vida de qualidade, as condições sanitárias eram precárias, muitas pessoas tomavam banho e lavam suas roupas no mesmo rio em que os cavalos tomavam banho.

As indústrias em Itapetinga e a segregação socioespacial

A instalação das indústrias Azaléia em Itapetinga seguiu a uma nova lógica de mercado, assentada no modelo de que o capital busca encontrar novos lugares produtivos e de interesses para a atividade. Tais lugares passam a ser o resultado da disputa entre os Estados e os Municípios pela atração do capital, como vem apontar Carlos:

Antigas regiões industriais perdem importância em detrimento de outros lugares criando uma desintegração espacial porque o capital migra constantemente em função das suas necessidades de reprodução, o que lhe traduz pela busca de novas vantagens locais. (CARLOS, 2007, p. 28).

Essa situação faz surgir novas relações de poder e o Estado passa a usar tal fato como manobra de manipulação da população e dos lugares. Por outro lado, geram-se áreas segregadas e desestruturadas, criando-se mecanismos mais fáceis para que ocorra a reprodução do capital. Se, para o Estado, é importante a instalação do capital, para o capital interessa a própria disputa, gerando uma competitividade, abdicando de impostos e outros mecanismos fiscais, mas apostando na dinamização da economia como fruto da implantação de novas indústrias (LIMA e PINTO, 2006)

Como foi feito em Itapetinga, o capital utiliza do seu discurso, o de desenvolvimento local, mas passa a apresentar suas exigências, que são condições necessárias para a reprodução do capital. A primeira reivindicação que ocorreu após a renúncia fiscal por parte do Estado foi à necessidade de criar espaços fluidos, densos e rápidos (SANTOS, 2001 *apud* LIMA e PINTO, 2006, p.12). A fluidez e a rapidez dos espaços passam a ser criadas através de uma estrutura de redes, que envolve o processo de transporte de produtos, informações e pessoas.

Atrelado à promessa de desenvolvimento local, o capital passa a gerar áreas segregadas. Entretanto, essas áreas não surgiram a partir da industrialização que ocorreu mais recentemente na cidade de Itapetinga. Pelo contrário, as mesmas já existiam e são documentadas por Oliveira (2003)

desde a década 1950, quando ocorreu a criação do atual bairro Camacã, em que pessoas desalojadas foram instaladas nesse local.

O que ocorreu após esse momento foi uma alteração na lógica do consumo local. O urbano, como afirma Lefebvre (1999) passa a ser consumido, vindo a ser um pólo de atração tanto de áreas rurais, quanto de outras áreas urbanas. Em virtude do aumento populacional e da falta de infra-estrutura por parte da cidade, a mesma não consegue absorver todos da mesma forma e áreas segregadas passam a ser intensificadas.

Foi somente a partir de década de 1990 que casas populares e conjuntos habitacionais começam a ser aprovados e construídos, como o Conjunto Habitacional Laís Góes, aprovado no ano de 2000, o Conjunto Habitacional Habitar Brasil e o Conjunto Habitacional Dr. Evanete Curvelo, aprovados no ano 2004 pelo Decreto 950/04, segundo informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Itapetinga.

Contudo, apesar de algumas áreas segregadas já existirem na cidade de Itapetinga, essas começam a se intensificar após a instalação da Vulkabras/Azaléia, fato que ocorreu em 1998, segundo Oliveira (2003).

Segundo aponta Ramos (2003), o espaço urbano, considerado em sua totalidade, insere-se na realidade histórica, econômica, social e política por meio da produção imediata e dos demais momentos desse processo. Além disso, participa em certa medida de todos os ciclos da metamorfose do capital, fundamentalmente do processo de reprodução da força do trabalho na luta por equipamentos e serviços coletivos, no que se refere aos organismos do Estado em âmbito local.

Foi seguindo essa lógica descrita por Ramos, que os bairros segregados encontrados na cidade de Itapetinga se contextualizam. Eles seguem um processo histórico de formação dos espaços urbanos, ditadas pelo capital, que, na sua maioria, não possuem acesso aos bens e serviços necessários, Estudos puderam comprovar que a maioria dessa população residente nestas áreas periféricas da cidade não tem a sua disposição o mínimo de condições para uma qualidade de vida; bairros, loteamentos e conjuntos habitacionais não possuem segurança, saneamento básico e, muito menos, acesso a educação, fazendo com que a população tenha que procurar esses aparelhos em outros locais, que, na maioria das vezes, são muito distantes do local de moradia.

A implantação de políticas públicas estaduais, seguindo a lógica abordada por Lojikine (1981 e 1997 *apud* RAMOS, 2003), com a iniciativa do poder público, ou mediado por ele, está relacionada às estratégias do capital e é agravada de modo contundente na crise atual do capitalismo internacional. Todavia, as políticas urbanas constituem de fato um produto das lutas sociais travadas pelos trabalhadores, que atingem as estruturas do poder local e a vida das habitantes das cidades. É somente através dessas lutas que a população carente de recursos conseguirá obter benefícios e soluções; é através de políticas públicas e ações sociais que pode-se chegar aos objetivos e conquistar o mínimo necessário para uma qualidade de serviços, que deve ser distribuídos a todos e da melhor forma.

Considerações finais

Uma nova onda de instalação de indústrias passou a ser implantada no estado da Bahia, mais precisamente, a partir da década de 1980, quando incentivos fiscais passaram a atrair empresas das regiões Sul e Sudeste do país. Itapetinga, uma cidade de porte médio, fez parte desse plano governamental que propunha desenvolvimento local. Além do crescimento urbano, essa cidade passou a sofrer intensas modificações socioespaciais a partir de 1998, quando a empresa calçadista Vulkabras/Azaléia se instalou na sede do município, acabando por incorporar mais de 10 filiais pelo Território de Identidade de Itapetinga.

Foi somente após a instalação desta empresa que passamos a observar com maior intensidade o surgimento e a ocupação de bairros mais periféricos, em que a inexistência de políticas públicas voltadas para essas áreas torna o espaço urbano, apenas, como o local de trabalho e moradia. Apesar de observarmos essa intensificação da segregação socioespacial em bairros periféricos após o processo de industrialização, no qual a população fica à mercê da sociedade, é necessário que fique claro, como anteriormente já havia sido mencionado, que grande parte das áreas segregadas da cidade já existiam antes desse processo de industrialização, tanto porque esse é um fator muito recente.

Tais áreas periféricas, que não possuem a menor infra-estrutura, surgiram mais precisamente quando passou a ocorrer a expulsão do homem do campo, pois esse, além de não conseguir driblar a introdução de tecnologia no campo, passou não mais a conseguir sobreviver, sem condições de plantar e colher o mínimo para sua existência. Acreditando ser esse o fator fundamental, o homem vê apenas na cidade a única solução para sua existência e reprodução, é foi por volta de 1950 que isso ocorreu na cidade de Itapetinga, estando também atrelado à emancipação do município, que ocorreu em 1952.

Contudo, investimentos municipais e estaduais não trouxeram qualidade de vida na cidade. Esses estiveram sempre atrelados a produção de gado. Então, todos os incentivos que ocorrem na sede do município foram voltados para a agropecuária e suas necessidades, e foi então que essas áreas segregadas começarão a aparecer, visto que as pessoas advindas do campo não conseguiam mais voltar pro rural e o urbano não oferecia trabalho, emprego, seguranças e educação. Portanto, tais pessoas viram-se obrigadas a permanecer na cidade, pois era a única solução.

Seguindo a lógica de mercado nacional, Itapetinga passou a ser inserida num processo de industrialização que visava à descentralização da produção das regiões Sul e Sudeste do país para a Região Nordeste. Foi nesse momento, entre 1980 e 2000, a cidade passou a ter um aumento significativo da população urbana e os espaços segregados passaram a ser ampliados, surgindo novos locais de moradia para a população que, então, passaria a trabalhar na empresa.

Tais áreas surgiram e se ampliaram sem a menor preocupação do poder público municipal, pois passaram a ser consideradas áreas de exclusão. Esses espaços não oferecem saneamento básico, educação e segurança, revelando uma lógica de organização socioespacial, na qual as áreas periféricas, em sua maioria, são privadas do acesso aos bens e serviços oferecidos pelo poder público local, estadual e federal.

Finalmente, é necessário que se compreenda que Itapetinga segue uma lógica capitalista, que está além das fronteiras do Estado da Bahia, ou mesmo do país. Esse fator passa a ser a tônica global, que, na maioria das vezes,

obriga a população a aceitar o que lhe é imposto, sem ter a possibilidade de argumentar ou questionar o sistema no qual está inserido.

Referências

BALANCO, P. A. de F. e NASCIMENTO, M. X. Uma análise exploratória da desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período de 1990 – 2000. In: **Anais do I Encontro de Economia Baiana**. Salvador, 2005 p. 2

CARLOS, A. F. **Espaço e Indústria**. São Paulo. Contexto, 2000.

CORREA, R. L.: **A rede urbana** – São Paulo: Ed. Ática, 1989.

COSTA, L. DA S. A Gênese e evolução do urbanismo moderno e a produção das cidades: Algumas reflexões. In: **Revista Caminhos da Geografia**, Revista Programa de pós-graduação em Geografia. 2001 p. 39 a 41.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia)-UFU, Uberlândia. 2007, p. 22.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Contagem Populacional de 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>, acesso em Novembro de 2009.

LEFEBVRE, HENRI: **A revolução urbana**: Belo Horizonte, UFMG: 2008.

LIMA, E. M.; PINTO, J. E. S. de S. Economia e meio ambiente cenário atual e tendências no município de Itapetinga. In: **Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo** - Uruguai. Caminando en una América Latina en Transformación. Uruguai : Editora da Universidade de La República, 2009

OLIVEIRA, N. G. De “**Capital da pecuária**” ao “**Sonho de pólo Calçadista**”: A constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA. In: Dissertação (Mestrado, em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

RAMOS, M. H. R. **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DPEA, 2003.

SANTOS, JANIO. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre o processo de estruturação e reestruturação urbana. In: **Revista Bahia Análises e Dados**, Salvador, 2009 p. 426 a 430.

SANTOS, MILTON. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993

SANTOS, M., e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPINOLA, N. D. A implantação de distritos industriais como política de fomento o caso da Bahia. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, 2001 p. 29 a 46.

UDERMAN, S. A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes. In: **Anais do I Encontro de Economia Baiana**. Salvador, 2005. p. 8 a 19.